

OS CORPOS QUE ECOAM A CIDADE E AS VOZES QUE REVERBERAM OS TOMBAMENTOS: A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA PATRIMONIAL A PARTIR DAS FONTES DE INFORMAÇÃO NOS DOSSIÊS DE TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE NOVO HAMBURGO - RS.

NICOLLI BUENO GAUTÉRIO¹; RENATA OVENHAUSEN ALBERNAZ²

¹Universidade Federal de Pelotas– nicolibg@gmail.com

³Universidade Federal do Rio Grande do Sul – renata.ovenhausen@ufrgs.br

1. INTRODUÇÃO

O território urbano contemporâneo pode ser compreendido através de diversos vieses: Se considerarmos a noção de rua ideal e ordenada para a definição de cidade, justifica-se sua existência como uma entidade econômica, social e legal, em um ritmo ordenado por demandas, em nosso contexto, capitalistas, onde visa-se a produção e o consumo, sendo as células sociais necessidades atreladas a tais questões.

De acordo com seu fluxo de pessoas, características estéticas, manifestações culturais, significados simbólicos, entre outros aspectos, o direito à cidade torna-se variável em relação aos próprios discursos os quais carregam os sujeitos que circulam neste território. O Patrimônio, segundo Gonçalves (1996) faz parte desta uma narrativa que se difunde através da construção de ideias de nação a partir do modernismo, sendo estas, através da linguagem, produção de imaginário bem como determinadas políticas de Estado, parte de um conjunto de práticas coloniais no território brasileiro.

Portanto, através dos estudos do autor citado, bem como as considerações de Candau (2011) no que tange memória, identidade e patrimônio, concomitante com as percepções de Senett (1997) sobre o território urbano, propõe-se a seguinte problemática: Dentre os diversos usuários, corpos e vivências que circulam entre o território urbano, permeados pelo patrimônio material e imaterial presentes no centro histórico de Novo Hamburgo, com que incidência e quais tipos de sujeitos contribuem para tais construções que compõe os dossiês de tombamentos de tais patrimônios culturais?

A investigação aqui proposta, ainda em desenvolvimento, se faz importante no campo de memória e patrimônio a fim de repensar as relações entre corpos, patrimônios culturais e espaço urbano, com o objetivo de compreender a

construção da narrativa patrimonial a partir das fontes de informação nos dossiês de tombamento e as lacunas produzidas entre tais representações e a pluralidade de corpos presentes na esfera urbana.

Para isto, constrói-se uma pesquisa de caráter qualitativo, atualmente desenvolvendo-se através de revisão bibliográfica e propondo-se ao longo da exploração também a se colocar entre análise documental de tombamentos de algum dos centros históricos mais recentemente tombados do estado do Rio Grande do Sul.

2. METODOLOGIA

A análise das narrativas que emergem dos dossiês de tombamentos, visando compreender quais seriam os sujeitos selecionados para representar o interesse da população em função de tais tombamentos e quais seriam as lacunas entre estes tipos de sujeitos representantes em relação à pluralidade de sujeitos na esfera urbana, deverá acontecer de forma qualitativa, através da análise de diversas fontes.

O caráter exploratório que será aqui atribuído, concomitante entre: análise documental, revisão bibliográfica e estudo de caso, mostra-se como uma abordagem interessante segundo Gil (2012). O autor entende como vantagem para a revisão bibliográfica, o fato de estar em contato com uma diversa gama de fenômenos, e referente à pesquisa documental, defende que assemelha-se em termos de alcance e análise, diferenciando-se no sentido de natureza das fontes: diferentemente da pesquisa bibliográfica, os documentos são materiais que não recebem um tratamento analítico. (GIL, 2012, p.46). O autor aponta como crítica a não-representatividade e a subjetividade destas fontes, sendo estes, portanto os principais pontos de análise propostos pelo presente trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao pensar o processo de urbanização no Brasil, deve-se levar em conta a construção da noção do bem comum ao longo de sua construção. Schwartz (2019) descreve o significado de “República” como “coisa pública”, em oposição ao “bem particular”, sendo este a “*res privata*”. Porém, aponta a falta de valores republicanos, ou seja, o interesse pelo coletivo, faltando também o exercício dos direitos sociais. Tais processos tornam-se também parte de um interesse de

construção de narrativas nacionais, que para Gonçalves (1996) são compreendidas como modalidades discursivas, que entre literatura, a noção de “raça”, folclore, religião, conjunto de leis e política de estado, encontra-se: políticas culturais que visam a recuperação, defesa e preservação de um patrimônio cultural. Para o autor, portanto, as narrativas desta nação, que compreende como comunidade imaginada, passam a ser construídas através destes atos, passam a ser parte da construção de memórias e identidades, com propósitos políticos e pragmáticos.

Tal colocação evoca-nos a pensar quais seriam os limites entre corpo, patrimônio e identidade. Neste sentido, coloca-se em perspectiva a percepção de patrimônio enquanto identidade, por ser este uma dimensão da memória, defendida por Candau (2011). Porém, o autor compreende como abusiva a utilização dos termos “identidade cultural” ou “identidade coletiva” de forma literal, descartando que ao consolidar um estado protomemorial por esta perspectiva, nem todos os membros deste determinado grupo compartilhariam deste estado.

A percepção de construção de identidade como um processo não linear, bem como as relações entre as narrativas patrimoniais as quais reiteram uma identidade universal nas cidades modernas é um ponto chave no que Gonçalves (1996) compreende como uma objetificação cultural, a qual ancora a discussão sobre os processos de invenção de culturas e tradições nos modernos contextos atuais, ou seja, “ a materialização imaginativa de realidades humanas em termos de discurso teórico baseado no conceito de cultura” (GONÇALVES, 1996, p. 12), objetificação que o autor aponta estar como uma lógica embutida inclusive nas línguas e culturas ocidentais.

4. CONCLUSÕES

Em certos momentos existe uma concordância fenomênica entre memória e patrimônio, sendo esta construída por diferentes corpos, que representam narrativas plurais ou não, visto que a memória pode passar a ser construída a partir das práticas discursivas patrimoniais estando este corpo incluso nestes atos ou não. Ou seja, a memória coletiva passa a ser construída através de tais ícones ao mesmo tempo em que os constrói, bem como os esquecimentos, que passam a ser construídos através de lacunas e desconexões entre sujeito e cidade.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Traduzido por: Maria Leticia M. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

COLLINS, John. Melted Gold and National Bodies: the hermeneutics of depth and the value of history in Brazilian racial politics. *American Ethnologist*, (38): 4, 683-700, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.